

MARGEM COMPANHIA DE MINERAÇÃO

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)							
Ativos	Nota	2022	2021	Passivo	Nota	2022	2021
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	55.124	114.939	Fornecedores	13	79.024	87.359
Contas a receber	8	43.825	25.291	Empréstimos e financiamentos	14	36.447	125.049
Estoques	9	75.678	75.258	Salários e encargos sociais		5.106	5.764
Impostos a recuperar	10	14.160	18.559	Impostos a recolher	16	12.678	3.588
Outras contas a receber		13.416	11.298	Adiantamentos de clientes		312	217
		<u>202.203</u>	<u>245.345</u>	Passivos de arrendamentos	15	5.004	3.041
				Instrumentos derivativos	25	5.559	2.151
				Outras contas a pagar	17	44.045	17.511
						<u>188.175</u>	<u>244.680</u>
Não circulante				Não circulante			
Impostos a recuperar	10	35.963	42.072	Empréstimos e financiamentos	14	236.268	128.609
Outras contas a receber		2.610	756	Passivos de arrendamentos	15	1.904	1.175
Direito de uso dos ativos	12	6.313	3.781	Impostos a recolher	16	202.512	161.778
Imobilizado	11	989.687	1.018.837	Outras contas a pagar	17	52	49
Intangível		901	1.045	Impostos diferidos	22	11.203	177
		<u>1.035.474</u>	<u>1.066.491</u>	Provisão para litígios	24	12.702	13.857
						<u>464.641</u>	<u>305.645</u>
				Total do Passivo		652.816	550.325
				Patrimônio líquido	18		
				Capital social integralizado		421.419	621.419
				Ajustes de avaliação patrimonial		117.938	119.259
				Reserva legal		4.072	1.974
				Reservas de lucros		41.432	18.859
				Total patrimônio líquido		584.861	761.511
Total do ativo		<u>1.237.677</u>	<u>1.311.836</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>1.237.677</u>	<u>1.311.836</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado			
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)			
	Nota	2022	2021
Receita de vendas	19	532.408	432.767
Custos das vendas	20	(342.592)	(255.579)
Lucro bruto		189.816	177.188
Despesas administrativas	20	(13.738)	(14.324)
Despesas comerciais	20	(78.711)	(58.048)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	20	118	(44)
Outras despesas (receitas) operacionais, líquidas	20	3.542	(2.326)
Lucro antes das despesas financeiras, líquidas e impostos		101.027	102.446
Despesas financeiras	21	(57.647)	(46.921)
Receitas financeiras	21	16.153	4.463
Despesas financeiras, líquidas	21	(41.494)	(42.458)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		59.533	59.988
Imposto de renda e contribuição social - correntes	22b	(6.299)	(6.102)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	22b	(11.026)	(14.398)
Lucro líquido do exercício		42.208	39.488

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)						
	Nota	Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial	Reserva Legal	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2020		<u>648.598</u>	<u>120.804</u>	-	<u>(27.180)</u>	<u>742.022</u>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	39.489	39.489
Redução capital social	22	(27.179)	-	-	27.179	-
Constituição reserva legal		-	-	1.974	(1.974)	-
Distribuição dividendos		-	-	-	(20.000)	(20.000)
Realização do custo atribuído		-	(1.345)	-	1.345	-
Em 31 de dezembro de 2021		<u>621.419</u>	<u>119.259</u>	<u>1.974</u>	<u>18.859</u>	<u>761.511</u>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	42.208	42.208
Redução capital social	18.1	(200.000)	-	-	-	(200.000)
Constituição reserva legal		-	-	2.098	(2.098)	-
Distribuição dividendos	18.5	-	-	-	(18.858)	(18.858)
Realização do custo atribuído	22	-	(1.321)	-	1.321	-
Em 31 de dezembro de 2022		<u>421.419</u>	<u>117.938</u>	<u>4.072</u>	<u>41.432</u>	<u>584.861</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente		
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)		
	2022	2021
Lucro do exercício	<u>42.208</u>	<u>39.488</u>
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	<u>42.208</u>	<u>39.488</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa			
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)			
	Nota	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		59.533	59.988
Valor residual de imobilizado baixado	11	126	690
Valor residual de intangível baixado		-	234
Provisão para contingências	24	4.584	3.561
Depreciação e exaustão	11	58.283	56.934
Amortização de ativos intangíveis		329	432
Depreciação dos ativos de direito de uso	12	4.954	3.984
Juros incorridos	14	22.251	27.099
Outras despesas financeiras	21	5.539	13.184
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	14	(10.897)	5.985
Varição dos contratos de instrumentos financeiros derivativos	21	30.427	946
Provisão para perdas de estoques	9	1.431	-
Provisão crédito liquidação duvidosa	8	(118)	(151)
		<u>176.442</u>	<u>172.886</u>
Varição em			
Contas a receber de clientes		(18.416)	(7.319)
Estoques		(1.851)	(37.041)
Impostos a recuperar		10.508	6.252
Outros ativos		(3.972)	(6.573)
Fornecedores		(8.335)	41.755
Salários e encargos sociais		(658)	1.153
Impostos a recolher		42.982	38.505
Outras contas a pagar		(3.366)	(498)
Pagamento de provisões para litígios	24	(5.739)	(943)
Juros pagos	14	(21.576)	(24.825)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(6.299)	(6.102)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		159.720	177.250
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de ativo imobilizado	11	(29.259)	(26.178)
Aquisição de ativo intangível		(185)	-
Caixa líquido usado nas atividades de investimento		(29.444)	(26.178)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Pagamentos de dividendos	18	(17.555)	(20.000)
Pagamentos por redução capital	18	(170.000)	-
Pagamento de instrumentos financeiros derivativos	14	(28.134)	(2.156)
Recebimento de instrumentos financeiros derivativos	14	1.115	16.027
Empréstimos e financiamentos tomados	14	135.850	128.396
Pagamentos de arrendamento mercantil principal	15	(5.366)	(3.662)
Pagamentos de empréstimos	14	(106.001)	(227.593)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento		(190.091)	(108.988)
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa		(59.815)	42.084
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	7	114.939	72.855
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	7	55.124	114.939
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa		(59.815)	42.084

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



SECIL CIMENTOS

Margem Companhia de Mineração S/A

CNPJ 06.635.659/0001-09

Adrianópolis - PR

1 Contexto operacional

A Companhia tem como objeto social a fabricação de cimento e extração de calcário. Sua atuação abrange as regiões Sul e Sudeste do Brasil, através do fornecimento de cimento e calcário para seus clientes e para sua controladora Supremo Cimentos.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresenta capital circulante líquido positivo, excesso de ativos circulantes sobre passivos circulantes de R\$ 14.028 (R\$ 665 em 31 de dezembro de 2021). Esta melhoria é resultado da normalização das operações, alongamento dos prazos de vencimento de dívida financeira e das medidas tomadas pela Administração, após o período inicial de investimentos e de *start-up* da fábrica em 2015. De qualquer forma, há que se destacar que o ativo circulante registra um prazo de recebimento do faturamento entre 30 e 45 dias enquanto o passivo circulante reflete 12 meses do serviço da dívida. Conforme estimativas da Administração, esse endividamento será normalmente liquidado com a geração futura de caixa pela Companhia. O equilíbrio financeiro de curto prazo da Companhia foi reestabelecido à medida que ocorreu uma maior de geração de caixa e que a Companhia negociou o alongamento dos prazos de pagamento da dívida financeira, o que permitirá uma melhoria da atual condição do seu capital circulante líquido.

A Companhia investe em produção de cimento, contribuindo para o desenvolvimento econômico do Brasil. Uma vez que os investimentos caracterizam-se como apoio à infraestrutura, acredita-se que a Companhia continuará contratando linhas de financiamentos de longo prazo que viabilizem o seu crescimento. Atualmente o endividamento bancário de longo prazo é em grande parte com instituições bancárias que buscam o desenvolvimento do Brasil.

Na sequência da forte melhoria operacional da Companhia, evolução de resultados, e do comportamento favorável do caixa, a Companhia procedeu em 2021 e 2022 à distribuição de dividendos ao seu acionista Supremo Cimentos S.A., conforme detalhado na nota explicativa 18.5.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 03 de março de 2023.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamento

Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos na aplicação de políticas contábeis, bem como sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2021 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício social estão incluídas na seguintes notas explicativas.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros derivativos que são mensurados pelo valor justo.

6 Principais políticas contábeis

6.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimento original de até três meses que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor.

6.2 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de calcário e cimento no curso normal das atividades da Companhia. As contas a receber de clientes são totalmente classificadas no ativo circulante, pois o prazo de recebimento é inferior a um ano.

As contas a receber são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PDD" ou impairment).

6.3 Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e sua controlada se tornarem partes das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (valor justo por meio do resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo por meio de outros resultados abrangentes) - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e sua controlada mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia e suas controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia e suas controladas nem transferem nem mantêm substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Se a Companhia e suas controladas realizarem transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantêm todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia e suas controladas desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia e suas controladas também desreconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas tenham atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia possui um contrato indexado em moeda estrangeira e para tanto realizou a contratação de instrumento financeiro para proteção cambial.

6.4 Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é determinado pelo método do custo médio ponderado. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado menos custos para concluir e vender. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias-primas, mão de obra direta, embalagem, outros custos diretos e indiretos de produção (com base na capacidade operacional normal)

6.5 Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Os itens do imobilizado são demonstrados pelo custo histórico menos o valor da depreciação e de qualquer valor não recuperável acumulado. O custo histórico foi ajustado para refletir o custo atribuído dos terrenos, veículos e jazidas minerais na data de transição para os CPC/IFRS. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração.

O Grupo inclui no valor contábil de um item do imobilizado o custo de peças de reposição somente quando for provável que este custo lhe proporcione futuros benefícios econômicos. O valor contábil das peças substituídas é baixado e todos os outros reparos e manutenções são contabilizados como despesas do exercício, quando incorridos.

Quando da comprovação efetiva da viabilidade econômica da exploração comercial de determinada jazida, os correspondentes gastos com estudos e pesquisas minerais incorridos são capitalizados como custo de formação da mina. Os custos com a aquisição de direitos de exploração de minas são capitalizados e amortizados com base na exaustão de minas. Após o início da fase produtiva da mina, esses gastos são amortizados e tratados como custo de produção. A exaustão de recursos minerais é calculada com base na vida útil-econômica estimada que reflete a expectativa da quantidade de minério a ser extraído.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

(iii) Depreciação

Os terrenos não são depreciados. A depreciação da jazida é feita em função da quantidade anual extraída (exaurida) de minério, que é estimada em 44 anos. A depreciação de outros ativos é calculada com base no método linear para reduzir seu custo ao valor realizável através de suas vidas úteis-econômicas que é estimada como segue:

Edificações 40 anos

Jazidas minerais	44 anos
Outros	5-10 anos
Máquinas e equipamentos	18 - 30 anos

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado. O Grupo não tem ativos de longo prazo que espera abandonar ou alienar e que exigirão a constituição de provisão para obrigações por descontinuação de ativos.

6.6 Intangível

Compreende custos incorridos para adquirir, preparar e desenvolver os softwares para sua utilização. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimável de cinco anos a partir da data de início de sua utilização.

6.7 Provisões para perdas por impairment em ativos não financeiros, exceto estoques

Os ativos sujeitos à depreciação ou amortização são revisados anualmente para verificação do valor recuperável. Quando houver indício de perda do valor recuperável (*impairment*), o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa à qual o ativo tenha sido alocado) é testado. Uma perda é reconhecida pelo valor em que o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo (ou de uma UGC), menos as despesas de venda, e o valor em uso. Para fins de avaliação de perda, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros que tenham sofrido redução são revisados para identificar uma possível reversão da provisão para perdas por *impairment* na data do balanço.

6.8 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo integralmente classificados como passivo circulante pois o pagamento é devido no período de até um ano.

Elas são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva.

6.9 Empréstimos e financiamentos

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquidos dos custos incorridos na transação e demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e os valores de liquidação é reconhecida na demonstração de resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que se tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos 12 meses após a data do balanço patrimonial.

6.10 Capital social

As ações ordinárias e preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

6.11 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos.

(i) Venda de produtos

O reconhecimento da receita baseia-se na venda de calcário, cimentos e concretos produzidos pelo grupo.

Essas vendas são reconhecidas, em geral, quando o controle sobre o produto é transferido aos clientes, o que normalmente acontece quando os produtos são disponibilizados ao transportador e/ou entregues ao cliente, conforme for o caso.

(ii) Prestação de serviços

As vendas de prestação de serviço de concretagem são feitas substancialmente a prazo, com prazo médio para recebimentos de 30 dias. Essas prestações de serviços de concretagem são reconhecidas quando na prestação de serviço ao cliente.

(iii) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida com base no regime de competência e pelo método da taxa de juros efetiva.

6.12 Provisões

As provisões para recuperação ambiental, custos de reestruturação e ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como

resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões para reestruturação compreendem multas por rescisão de contratos de aluguel e pagamentos por rescisão de vínculo empregatício. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidações é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

6.13 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O Grupo determinou que os juros e multas relacionados ao imposto de renda e à contribuição social, incluindo tratamentos fiscais incertos, não atendem a definição de imposto de renda e portanto foram contabilizados de acordo com o CPC 25/IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

a. Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

b. Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;

diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controlada, coligadas e empreendimentos sob controle conjunto, na extensão que a Companhia seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro provável; e diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios

forem atendidos.

6.14 Arrendamentos

No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação

(i) Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia e sua controlada alocaram a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia e sua controlada optaram por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Companhia e sua controlada reconhecem um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução do valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia e suas controladas. Geralmente, a Companhia e sua controlada usam sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Companhia e sua controlada determinam sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

6.15 Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022. A Empresa e suas controladas não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações contábeis.

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
Otmar Hübscher Presidente	Carlos Manuel Guimarães Correia de Barros Conselheiro
Carlos Alberto Medeiros Abreu Conselheiro	
DIRETORIA	
Paulo de Andrade Nascentes da Silva Diretor Presidente	Luis Henrique Marques Vidal Nabais Diretor Financeiro
Evanilton Braga Corletelli Diretor Comercial	Fabio Krzyzanowski Diretor de Operações
Contador	
Suzan Fernanda Humm Brehmer CRC SC 42221/O-2	

O Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, as Notas Explicativas e o Relatório dos Auditores Independentes, sem ressalvas, emitido pela KPMG Auditores Independentes estão a disposição dos acionistas, de forma integral, na sede da Companhia.

O Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas refere-se às Demonstrações Financeiras e às Notas Explicativas Integral e não às Demonstrações Financeiras Condensadas.

Versão digital deste balanço no link: <https://www.tribunapr.com.br/publicidade-legal/anunciante/margem-companhia-de-mineracao/>

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Comarca de Curitiba

Estado do Paraná

5º SERVIÇO DE REGISTRO DE IMÓVEIS

Rua Nunes Machado, 695 - 4º Andar - CEP 80220-070 - Fone: (41) 3224-3555 - e-mail: titular@5ricuritiba.com.br

CHARLES WILLIAN BENDLIN - REGISTRADOR EDITAL DE INTIMAÇÃO

Protocolo: 457663 Reprrenotação Posterior: 459228

O 5º Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de Curitiba, Estado do Paraná, em virtude de não ter(em) sido localizado(os/a/s), faz a presente intimação por edital a **ALEXANDRE PALHANO FRANCO DE OLIVEIRA**, brasileiro, divorciado, sem vínculo de união estável, auxiliar de diretora, portador da CI nº 8.740.815-9-SESP-PR e CPF nº 050.047.929-17, residente e domiciliado na Rua Baltazar Carrasco dos Reis, 2032 - Reboças, Curitiba Paraná. O(A/S) intimado(a/s) deverá(ão) comparecer ao Serviço Registral, situado na Rua Nunes Machado nº 695, conj. 41, Edifício Carlos Heller, Curitiba, Paraná, no horário das 8h30 às 17h, ou diretamente na agência detentora do crédito imobiliário, para efetuar o pagamento da importância de **R\$10.554,92** (dez mil, quinhentos e cinquenta e quatro reais e noventa e dois centavos), e ainda as prestações vincendas, conforme Art.26 § 1 da Lei 9.514/97, posicionado em 27 de março de 2.023, do(s) qual(is) é(são) devedor(es/a/s) em decorrência de atraso de pagamento da(s) prestação(ões) relativa(s) ao(s) período(s) de 21/03/2023, vencida(s) e não quitada(s), referente do instrumento particular nº 0010233760-SFH assinado em 21 de junho de 2.021 registrado(s) na(s) matrícula(s) nº(s) 55547, do Apartamento nº 31 do Edifício San Marco, Portão - Curitiba Paraná. O prazo para o pagamento da dívida é de 15 (quinze) dias a contar da terceira e última publicação deste edital, sob pena de rescisão contratual e consolidação da propriedade do(s) imóvel(is) na pessoa do(a) credor(a), requerente da intimação, BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A, com sede na Avenida Pres. Juscelino Kubitschek, 2041 e 2235, Bloco A, Bairro Vila Olímpia, em São Paulo - SP, inscrita no CNPJ sob nº 90.400.000/000-42. Curitiba, 27 de março de 2.023 (mm)

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

São convocados os Srs. Acionistas da Rádio e Televisão Iguçu S/A para participarem da **Assembleia Geral Extraordinária** a se realizar em 09 de maio de 2023, às 09:30 horas, na sede da companhia, no endereço sito à Rua Antônio Parolin Junior, nº 355, Bairro Parolin, CEP: 80220-350, Curitiba-PR, a fim de discutirem e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

- Prestação de contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022;
- Destinação do resultado do exercício findo de 2022;
- Destinação do saldo em excesso existente na conta de reserva legal a fim de atender o limite máximo previsto no Art. 182, §4º, da Lei 6.404/76;
- Mudança na forma/local de publicação das demonstrações financeiras e convocações dos acionistas;
- Outros assuntos de interesse social.

Comunicamos que os documentos a que se refere o art. 133 da Lei 6.404/76, com as alterações da Lei nº 10.303/2001, alusivos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foram publicados no Jornal "Tribuna do Paraná" do dia 05 de abril de 2023, sendo na pág. 02 da versão digital e na pág. 10 da versão impressa conforme previsto pelo Art. 133, §5º, da Lei 6.404/76. Outrossim, caso seja do interesse dos senhores acionistas, tais documentos estarão também disponíveis na recepção da sede da empresa para análise em horário comercial.

Curitiba, 24 de abril de 2023.

Carlos Roberto Massa
- Diretor Presidente -



EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

Ana Claudia Carolina Campos Frazão, Leiloeira inscrita na JUCESP sob o nº 836, com escritório Rua Hipódromo, 1141, sala 66, Mooca, São Paulo/SP, devidamente autorizada pelo Credor Fiduciário Itaú Unibanco S/A, inscrito no CNPJ sob nº 60.701.190/0001-04, com sede na Praça Alfredo Egidio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setúbal, na Cidade de São Paulo/SP, nos termos do Instrumento Particular de Venda e Compra de bem imóvel, Financiamento com Garantia de Alienação e Outras Avenças de nº 10165001004, firmado em 06/02/2021, no qual figura como Fiduciante FERNANDA APARECIDA NUNES, brasileira, divorciada, não convive em união estável, professora, RG nº 8.528.852-0 SSP/PR, CPF/MF nº 008.063.709-47, residente e domiciliada em Toledo/PR, levará a Público Leilão de modo Presencial e On-line, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, no dia 05 de maio de 2.023, às 15h30min, à Rua Hipódromo, 1141, sala 66, Mooca, São Paulo/SP, em Primeiro Leilão, com lance mínimo igual ou superior a R\$ 182.429,62 (Cento e oitenta e dois mil quatrocentos e vinte e nove reais e sessenta e dois centavos), o imóvel objeto da matrícula nº 38.424 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Toledo/PR, com a propriedade consolidada em nome do credor Fiduciário constituído por: "Apartamento nº 13, localizado no segundo pavimento do Bloco 03, do condomínio Residencial Nova Era, na Rua Jose Ayres da Silva, nº 238, na parte do fundo e no lado esquerdo do bloco, de quem se posicionar na frente da entrada do bloco, edificado sobre o lote urbano nº 475, com área de 6.030,00m², da quadra nº 94, da subdivisão da Chacara nº 01, oriunda da subdivisão da parte média leste do lote rural nº 32, do 3º Perímetro da Fazenda Britânia, neste município e Comarca de Toledo/PR, com a área total de 67.088m², sendo 46.815m² de área privativa 8.2737m² de área comum, e 12.00m² de área de garagem coberta nº 35 correspondendo-lhe a fração ideal do terreno de 0,007838, confronta-se: ao Norte, com o apartamento nº 14, e com área comum (chaminé); ao Sul, com área livre do condomínio; ao Leste, com área livre do condomínio e com para comum (chaminé); e ao Oeste, com circulação, escada e área comum do condomínio (ventilação e iluminação)". Obs. Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o dia 15 de maio de 2023, às 15h30min, no mesmo horário e local, para realização do Segundo Leilão, com lance mínimo igual ou superior a R\$ 156.737,42 (Cento e cinquenta e seis mil setecentos e trinta e sete mil e quarenta e dois centavos). Todos os horários estipulados neste edital, no site do leiloeiro (www.FrazaoLeiloes.com.br), em catálogos ou em qualquer outro veículo de comunicação consideram o horário oficial de Brasília-DF. O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.466 de 11/01/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico ou por edital, se aplicável, podendo o(s) fiduciante(s), adquirir sem concorrência de terceiros, o imóvel urbano entregue em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas. Conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que, outros interessados já tenham efetuado lances, para o presente lote de leilão, o vencedor do lance on-line se dará exclusivamente através do site www.FrazaoLeiloes.com.br, respeitado o lance mínimo e o incremento mínimo estabelecido, em igualdade de condições com os participantes presentes no auditório do leilão de modo presencial, na disputa pelo lote do leilão, com exceção do devedor fiduciante, que poderá adquirir o imóvel preferencialmente em 1º e 2º leilão. Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site www.FrazaoLeiloes.com.br, e se habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção HABILITE-SE, com antecedência de até 01 (um) hora, antes do início do leilão presencial, não sendo aceitas habilitações após esse prazo. A venda será efetuada em caráter "ad corpus", e no estado de conservação em que se encontra. O proponente vencedor por meio de lance on-line ou presencial terá prazo de 24 horas depois de comunicado expressamente pelo leiloeiro acerca da efetiva arrematação do imóvel, condicionada ao não exercício do direito de preferência pelo devedor fiduciante, para efetuar o pagamento, por meio de transferência bancária, da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro correspondente a 5% sobre o valor do arremate. A transferência bancária deverá ser realizada por meio de conta bancária de titularidade do arrematante ou do devedor fiduciante, mantida em instituição financeira autorizada pelo BCB - Banco Central do Brasil. As demais condições obedecerão a que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial.(2191-01 HP) K-25.06e2704



Anuncie suas atas e editais aqui, ligue:

(41) 3515-8731

publicidadelegal@tribunadoparana.com.br



QUER ANUNCIAR?

SEU NEGÓCIO NO IMPRESSO E NO DIGITAL

(41) 3515-8731

publicidadelegal@tribunadoparana.com.br



AdobeStock

FALECIMENTOS

Regina Maria Froes da Motta Sampaio, 70 anos. Sepultamento hoje no Cemitério Parque Iguçu.

Pedro Lineu Ambrozio, 41 anos. Sepultamento hoje no Cemitério Borda do Campo.

Valdir Jose Godk, 51 anos. Sepultamento hoje no Cemitério Municipal de Campo Largo.

Hamilton da Silva, 65 anos. Sepultamento hoje, às 11h, no Cemitério Vertical.

Marina Prottski de Abreu, 49 anos. Sepultamento hoje, às 13h, no Cemitério Paroquial de Campo Comprido.

Antonio Carlos Souza, 60 anos. Sepultamento hoje, às 11h, no Cemitério Parque Iguçu.

Alice Theresita Schuchovski, 91 anos. Sepultamento hoje, às 11h, no Cemitério Municipal do Água Verde.

Augusto Pires dos Santos, 60 anos. Sepultamento hoje, às 16h30, no Cemitério Parque Senhor do Bonfim.

Maria de Lourdes Azevedo Dias, 87 anos. Sepultamento hoje, às 15h, no Cemitério Vertical.

Christiano Osvaldo Andreguetto, 89 anos. Sepultamento hoje.

Jose Carlos Savassi Rocha, 64 anos. Sepultamento hoje, às 17h.

Osvaldo dos Santos, 69 anos. Sepultamento hoje, às 15h, no Cemitério Municipal São Francisco de Paula.

Sebastião Olimpio Oliveira dos Santos, 57 anos. Sepultamento hoje, às 9h.

Neusa Maria Rossa, 63 anos. Sepultamento hoje, às 9h, no Cemitério Jardim da Saudade II.

Luiz Antonio Siqueira, 39 anos. Sepultamento hoje, às 9h, no Cemitério Municipal do Boqueirão.

Julio Miranda, 80 anos. Sepultamento hoje, às 10h, no Cemitério Paroquial do Umbará.

Sebastião Vilson Lins, 49 anos. Sepultamento hoje, às 17h, no Cemitério Paroquial Colônia Orleans.

Maria José de Lara Kierski, 88 anos. Sepultamento hoje, às 11h, no Cemitério Paroquial Abranches.

Ailton Rocha de Oliveira, 54 anos. Sepultamento hoje, às 13h, no Cemitério Municipal do Boqueirão.

SEM CHURRASCO

Supermercado de Curitiba é alvo ladrões de mignon e salame

Redação
jornalismo@tribunadoparana.com.br

Uma dupla tentou ludibriar a segurança de um supermercado no bairro Bigorrião, em Curitiba, na tentativa de levar quatro pedaços de filé mignon e seis peças de salame para casa.

Os suspeitos foram contidos por populares quando tentavam deixar o supermercado. A Polícia Militar (PM) foi chamada e levou os "amantes da carne" para a delegacia.

Os produtos também foram levados para a Central de Flagrantes de Curitiba, como prova do crime, mas já retornaram ao estabelecimento comercial. O valor do furto seria de R\$ 780, sendo que as peças de carne totalizavam R\$ 430 e os salames R\$ 350.

Um dos detidos, um homem de aproximadamente 50 anos de idade, já tinha passagens pelo mesmo crime segundo, informações da PM.

ATAS E EDITAIS

publicidadelegal@tribunadoparana.com.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
FUNDAÇÃO ESTATAL DE ATENÇÃO À SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 54/2023

A Fundação Estatal de Atenção à Saúde torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação, sob a modalidade Pregão Eletrônico, com as seguintes características: Processo Administrativo n.º 60/2023 (01-084065).

Pregão com cota reservada para empresas ME/EPP.

OBJETO: Registro de preços para futuro fornecimento de avental descartável 30g e avental impermeável 50g.

VALOR TOTAL ESTIMADO DO PREGÃO: R\$ 1.037.349,00.

DATA/HORÁRIO PARA ENVIO DE PROPOSTA(S): a partir do dia 26/04/2023 às 08h até o dia 12/05/2023 às 08h39.

INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA DE DISPUTA: 12/05/2023 – a partir das 08h40.

AS PROPOSTAS e lances deverão ser encaminhados via internet respeitando a data e horários determinados acima. O portal em que ocorrerá a disputa é o www.compras.gov.br.

O EDITAL está à disposição dos interessados no portal de compras da Feas: www.compras.gov.br bem como no site da Feas: www.feas.curitiba.pr.gov.br.

Somente poderão participar do envio de lances as empresas que estiverem devidamente cadastradas no portal de compras da Feas (www.compras.gov.br) e que apresentarem propostas.

INFORMAÇÕES pelos fones: (41) 3316-5927; 3316-5967.

Curitiba, 24 de abril de 2023.

Silvia A. M. Ribeiro
Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,
GESTÃO DE PESSOAL E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 115/2023 - SMAP/SMEL

OBJETO: Prestação de serviços diversos de confecções, para atender a Secretaria Municipal do Esporte, Lazer e Juventude, através do sistema de registro de preço, pelo período 12 (doze) meses.

PROPOSTAS: 10/05/2023 - 09h às 10h.

LANÇES: 10/05/2023 - 10h05 às 10h35.

O EDITAL está à disposição dos interessados no portal de compras da Prefeitura Municipal de Curitiba: www.e-compras.curitiba.pr.gov.br. Em caso de dúvidas, os interessados deverão entrar em contato pelos fones: (0XX41) 3350-9142, 3350-9116 e 3350-9115.

Mauricio Becker
Pregoeiro

PROJUDI - Processo: 0008836-77.2019.8.16.0194 - Ref. mov. 156.1 - Assinado digitalmente por Karen Leticia Borges Domingues
14/04/2023: EXPEDIÇÃO DE EDITAL/CITAÇÃO. Arq: Edital

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA
FORO CENTRAL DE CURITIBA
12ª VARA CÍVEL DE CURITIBA - PROJUDI
Rua Mateus Leme, 1.142 - 1º Andar - Centro Cívico - Curitiba/PR - CEP: 80.530-010 - Fone: (41) 3221-9512 - E-mail: CTBA-12VJ-S@tjpr.jus.br

EDITAL DE CITAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): JULIANA RAMOS HILBERT e ESPÓLIO DE ADEMAR HILBERT JUNIOR

PRAZO DE 60 dias úteis
O Juiz de Direito Marcelo Ferreira, da 12ª Vara Cível de Curitiba, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Usucapião, assunto Usucapião Especial (Constitucional), sob nº 0008836-77.2019.8.16.0194, em que é autora Rose Maria de Lima, e réus JULIANA RAMOS HILBERT, ESPÓLIO DE ADEMAR HILBERT JUNIOR, e que não foi possível localizar pessoalmente as partes ESPÓLIO DE ADEMAR HILBERT JUNIOR, portador(a) do CPF 036.285.409-25; JULIANA RAMOS HILBERT, portador(a) do CPF 275.030.278-19. Desta forma, se procede por meio deste edital sua CITAÇÃO para contestarem o pedido no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 335 do Código de Processo Civil, sob pena de presumirem-se aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo autor. Fica ciente que a ação recai sobre apartamento localizado no Bairro Água Verde, em Curitiba, fazendo frente com a Rua Coronel José Gomes do Amaral, e assim descrito na inicial: "apartamento residencial 108, localizado no 2º pavimento ou 1º andar do edifício Viviane, do tipo C, e apresenta: 16,9m de frente para a face norte; 4,05 de frente para a face leste; 5,54m de frente para a face oeste; 9,50m de frente para a face sul, totalizando uma área de ocupação de 58,09 m2. Este apartamento tem direito ainda a uma área comum de 10,033m2 e uma área de estacionamento comum de 20,76m2, totalizando uma área global de 88,889m2". No caso de inércia será nomeado um curador especial (art. 257, inc. IV, CPC). O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil.

O prazo de resposta será contado após o decurso de 60 (sessenta) dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC).

Eu, Karen Leticia Borges Domingues, Analista Judiciário, conferi e digitei.

Curitiba, 14 de abril de 2023.

OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, com acesso ao endereço eletrônico <https://portal.tjpr.jus.br/projudi>.

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2023-PREDUC
NÚMERO GMS/PR: 668/2023
PROTOCOLO: 19.829.882-4

O Serviço Social Autônomo Paranaeducação, através de seu Pregoeiro, nomeado pela Portaria Nº 03/2023 de 03 de abril de 2023, torna público que promoverá licitação na modalidade Pregão Eletrônico nos seguintes termos:

OBJETO: Contratação de empresa para a prestação de serviços de limpeza, copeira e zeladoria, com fornecimento de materiais de limpeza, englobando todos os insumos necessários à prestação, tais como: equipamentos, EPI's e uniformes, para a sede do PREDUC, em Curitiba/PR. A descrição detalhada dos serviços e características da prestação, encontram-se no Anexo I deste Edital.

LOCAL DA ABERTURA: Banco do Brasil www.licitacoes-e.com.br

DATA DA ABERTURA: 12/05/2023

HORA: 09:30 (nove horas e trinta minutos).

VALOR MÁXIMO GLOBAL: R\$ 191.910,48 (cento e noventa e um mil, novecentos e dez reais e quarenta e oito centavos).

O EDITAL ENCONTRA-SE A DISPOSICÃO NO SITE www.licitacoes-e.com.br ou pelo e-mail licitacao@preduc.pr.gov.br

Curitiba, 25 de abril de 2023.
Pedro Henrique Golin Linhares
Pregoeiro

Anuncie suas atas e editais aqui, ligue:

(41) 3515-8731

publicidadelegal@tribunadoparana.com.br

TRIBUNA